



Opinião

O investimento em ambiente de insolvência e reestruturação

Nuno Gundar da Cruz
16:36

O investidor, em ambiente de insolvência e reestruturação, precisa que o Estado lhe garanta as ditas previsibilidade e segurança jurídica, sem as quais o seu investimento poderá ser um tiro no escuro.

Até há cerca de uma década atrás, a reestruturação de empresas e, especialmente, a insolvência eram temas de interesse cíclico. Era assim, porque somente de tempos em tempos a política, o legislador e os economistas tomavam a liberdade de se debruçar sobre estes assuntos. Esses tempos eram, naturalmente, os de crise económica. E assim foi até, fundamentalmente, 2008, quando se deu a crise "Lehman Brothers" e tudo o que, a partir daí, sucedeu.

Desde então, no caso específico de Portugal, a partir de 2011, o mundo da reestruturação de empresas e das insolvências ganhou fôlego e assim tem continuado. Este fôlego não está relacionado apenas com a perpetuação de uma aparente crise latente na economia europeia, em que se inclui a do nosso País. Na verdade, o que aconteceu foi que muitos e importantes investidores começaram a olhar para a reestruturação de empresas e para o mundo da insolvência como apresentando oportunidades de investimento e de negócio: é o que, em Inglês, costuma designar-se por "distressed investing and acquisition".

Estas oportunidades de negócio e de investimento têm que ver com ativos de natureza muito distinta entre si. Entre eles contam-se, designadamente, a compra de ativos mobiliários e imobiliários, no âmbito de processos de insolvência; a compra e reestruturação de empresas viáveis, mas em dificuldades económicas; a aquisição de créditos em situação de incumprimento ou mora, e por aí fora.

O certo, contudo, é que, apesar de Portugal estar já no radar de alguns dos mais importantes "players" internacionais em matéria de "distressed investing and acquisition", não deixa de ser verdade muitos são os investimentos que Portugal perde pelo facto de o seu sistema judicial não ser capaz de garantir dois elementos determinantes para qualquer investidor: previsibilidade e segurança jurídica.

Por previsibilidade entenda-se, aqui, como a facilidade com que é possível antecipar o sentido de uma decisão e, ainda, o tempo que levam os tribunais e os demais atores judiciais a tomar uma certa decisão ou iniciativa. Quanto à segurança jurídica esta implica que haja um mínimo de certeza e de segurança nos direitos das pessoas e nas expectativas juridicamente criadas – o que está em causa é, pois, a ideia de proteção da confiança dos cidadãos e da comunidade na ordem jurídica e na atuação do Estado.

É fácil perceber o porquê de a previsibilidade e a segurança jurídica serem, em ambiente de insolvência ou de reestruturação, fatores essenciais para a escolha de promover um investimento: é que, em ambiente de insolvência e reestruturação, é habitual existirem várias entidades envolvidas, com interesses nem sempre convergentes, onde o risco de litígio é elevado.

O investidor, em ambiente de insolvência e reestruturação, precisa, por isso, que o Estado lhe garanta as ditas previsibilidade e segurança jurídica, sem as quais o seu investimento poderá ser uma espécie de "tiro no escuro".

O que se pede, portanto, é que o Estado tome as medidas necessárias para pôr termo a esta situação de uma certa, mas relevante, imprevisibilidade e falta de segurança jurídica que ainda são patentes em Portugal, e que são prejudiciais à nossa economia e capacidade de atrair investimento.

Não tenho a veleidade de saber como se soluciona este problema, de uma vez por todas. Mas uma coisa parece poder dizer-se: primeiro, que já seria bom que o legislador alterasse menos vezes as diversas legislações que temos em vigor, no direito português – quanto mais mudanças, maior é a sensação de incerteza; e, segundo, seria importante dotar os tribunais, nomeadamente, para este efeito, os juízos de comércio, onde correm as insolvências e os processos de reestruturação, dos meios suficientes para dar vazão a todo o trabalho que têm em mãos.

Nuno Gundar da Cruz
Advogado sénior da Morais
Leitão, Galvão Teles, Soares
da Silva & Associados<https://eco.sapo.pt/opiniaao/0-1...> Copiar

Quanto vale uma notícia? Contribua para o jornalismo económico independente

Quanto vale uma notícia para si? E várias? O ECO foi citado em meios internacionais como o New York Times e a Reuters por causa da notícia da suspensão de António Mexia e João Manso Neto na EDP, mas também foi o ECO a revelar a demissão de Mário Centeno e o acordo entre o Governo e os privados na TAP. E foi no ECO que leu, em primeira mão, a proposta de plano de recuperação económica de António Costa Silva.

O jornalismo faz-se, em primeiro lugar, de notícias. Isso exige investimento de capital dos acionistas, investimento comercial dos anunciantes, mas também de si, caro leitor. A sua contribuição individual é relevante.

De que forma pode contribuir para a sustentabilidade do ECO? Na homepage do ECO, em desktop, tem um botão de acesso à página de contribuições no canto superior direito. Se aceder ao site em mobile, abra a 'bolacha' e tem acesso imediato ao botão 'Contribua'. Ou no fim de cada notícia tem uma caixa com os passos a seguir. Contribuições de 5€, 10€, 20€ ou 50€ ou um valor à sua escolha a partir de 100 euros. É seguro, é simples e é rápido. A sua contribuição é bem-vinda.

António Costa
Publisher do ECO

5€ 10€ 20€ 50€

Contribua

ESPECIAL

Advogados voltam aos escritórios com "maior segurança"

Frederico Pedreira, 9:45

Com muitos cuidados, os advogados regressam do teletrabalho e das férias para as suas secretárias nos escritórios. Um regresso que as firmas garantem que é seguro e seguindo as indicações da DGS.

33

Advogados de Lisboa contra acusação da Lex nos jornais

Filipa Ambrósio de Sousa, 15 Setembro 2020

212

SAMSUNG

Advocatus Summit Porto arranca já no dia 28 de setembro

ADVOCATUS, 15 Setembro 2020

46

Para si

Roupa prática e confortável para o regresso às aulas

H&M

Entre no seu novo SEAT sem sair de casa.

SEAT Ret@it

As melhores ofertas nos 25 Anos SAPO. Saiba Mais!

SAPO Voucher

Aproveite os descontos e compre o material escolar online

Wook

Descobre mais de 19.000 artigos de escritório para montares o teu home office

Imagina series CEO de El pr-prfo

20% em talão em Running. Descubra tudo no catálogo!

El Corte Inglés

Banco de Portugal aponta para relativa estabilização da economia em agosto

O desafio da adoção antecipada da IFRS 9 nas seguradoras

EMAP Securities

Euronext em negociações exclusivas para compra da bolsa de Itália

Populares

- 1** Quem são os grandes devedores do Novo Banco?
15 Setembro 2020
- 2** Governo cria linha de crédito para ajudar a pagar impostos
14 Setembro 2020
- 3** Vieira retira Costa e Medina da comissão de honra
17 Setembro 2020
- 4** Porto fica de fora dos planos de retoma da TAP
14 Setembro 2020
- 5** País com filhos até 12 anos sem desfasamento de horários
14 Setembro 2020
- 6** Presidenciais: Marcelo cai 10 pontos nas intenções de voto
16 Setembro 2020

Advocatus Newsletter

Receba gratuitamente notícias sobre o mundo do direito.

Subscrever

Siga-nos



Explorar

Sociedades
Justiça
Advogado do mês
Negócio do mês
Sociedade do mês
As escolhas de...
Opinião
Newsletter

Sobre

Manifesto Editorial
Ficha Técnica
Política de Privacidade
Contactos

Download

Disponível gratuitamente para iPhone, iPad, Apple Watch e Android

